

SAÚDE!

A REVISTA DA FUNASA

ANO II Nº 3 NOV/DEZ 2005

Água tratada nos assentamentos

Esperança de dias melhores para gente
como seu José e D. Alzira



Agilidade e Transparência

Para nossa satisfação, após a realização de um balanço de nossas atividades nesses primeiros cem dias de gestão, o que pudemos observar é um saldo altamente positivo. Não somente para esta Fundação e seus servidores, mas para as populações historicamente excluídas desse nosso imenso Brasil.

Nesses cem primeiros dias, conseguimos acelerar o repasse de recursos a quase 400 convênios, totalizando investimentos da ordem de aproximadamente R\$ 130 milhões em todas as unidades da federação. Em matemática simples, isso significa que a **Funasa** conseguiu manter uma média de repasse de recursos de mais de R\$ 1 milhão ao dia.

Assim, programas e projetos que se arrastavam por falta de verba caminham a passos largos para beneficiar significativa parcela de comunidades que necessitam da intervenção do governo federal para ter acesso a uma vida mais saudável, mais digna.

Mas isso não nos basta. Nossa meta é mais ousada. Assim, já estamos em adiantado processo de negociação como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para viabilizar o lançamento de um programa que irá permitir o atendimento a quase todas as solicitações encaminhadas à **Funasa**, o “Água para Todos”. São investimentos da ordem de U\$ 450 milhões.

No que diz respeito ao atendimento à saúde de nossos irmãos indígenas, lançamos durante esse período o Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional, que vem sendo desenvolvido com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz.

O contrato, no valor de R\$ 910 mil, foi assinado em setembro último e prevê o apoio técnico e a qualificação de 500 profissionais das equipes multidisciplinares de atendimento à saúde indígena da **Funasa**.

O programa vai atender a cerca de 65 mil crianças de até cinco anos e gestantes indígenas em todo o território brasileiro.

No combate à desnutrição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a **Funasa** tem atuado no reforço nutricional das comunidades indígenas, entregando, mensalmente, nesses primeiros cem dias, 17.855 cestas em 18 Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Além disso, mais uma parceria, dessa vez com a Fundação Nacional do Índio (Funai), viabiliza a distribuição de outras 26.042 cestas.

Tudo feito com muita agilidade e transparência, com uma vontade enorme de trabalhar e de fazer as coisas darem certo. Esta conquista é de todos nós, servidores da **Funasa**.

Outra conquista que obtivemos está aí, ou melhor aqui, para todo mundo ver. A nossa revista que, após concurso interno para escolha de novo nome – Saúde! A Revista da **Funasa**, retoma sua importante função de divulgar as ações que a **Funasa** vem desenvolvendo para melhorar a qualidade de vida de grande parcela do povo brasileiro.

Revitalizada, nossa revista tem fundamental importância no processo de comunicação da **Funasa**, registrando fatos que mostram o comprometimento desta Fundação com o governo federal nas ações de saneamento ambiental para as populações carentes.

Além do mais, do jeito que fazemos as coisas dava pena não poder contar pra todo o mundo. Afinal de contas, quem é que não gosta de contar vantagem de vez em quando?

Boa leitura a todos!

4 Água tratada e mobilização social nos assentados gaúchos

Para se proteger do frio que insiste em deixar o Rio Grande do Sul com cara e temperatura de inverno, vento forte e chuva, em plena primavera, o casal de assentados José e Alzira Selva ...



8 Integração do Rio São Francisco: “E o sertão vai virar mar...”

A profecia atribuída a Antonio Conselheiro, líder de Canudos, cantada em verso e prosa pelo canceineiro nordestino é traduzida, no imaginário popular do sertanejo, como o dia em que a água irá correr ...



16 Água, de qualidade, nas escolas

O número é assustador. Mais de mil e quatrocentos escolas públicas rurais brasileiras ainda não possuem um sistema de abastecimento de água de boa qualidade para os seus alunos. Para mudar essa realidade ...





24 Campanha oftalmológica no Vale do Araguaia

A Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Goiás promoveu um mutirão e garantiu 100% de cobertura oftalmológica aos indígenas atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Araguaia ...



25 Saúde indígena: uma nova realidade em Rondônia

Após o fim dos convênios firmados com as organizações não-governamentais, em 1º de abril de 2004, a Coordenação Regional da **Funasa** em Rondônia assumiu ...



30 Aldeias em Tocantins ganham eficiente sistema de abastecimento

Foi inaugurado, no dia 28 de outubro, o mais moderno sistema de abastecimento de água construído pela **Funasa** no Estado de Tocantins ...

Água tratada e mobilização social nos assentados gaúchos



Texto Verônica Figueiredo

Para se proteger do frio que insiste em deixar o Rio Grande do Sul com cara e temperatura de inverno, vento forte e chuva, em plena primavera, o casal de assentados José e Alzira Selva, conversam na cozinha de casa, próximo ao fogão. Na chaleira, água fervente para o mate. O velho hábito traz recordações. Entre um gole e outro de chimarrão, José, 48, e Alzira, 46, há sete anos moradores do Assentamento Filhos de Sepé, lembram que, hoje, têm uma vida mais digna do que aquela levada ao longo do acampamento Frederico Vestphalen, próximo ao município de Júlio de Castilho, onde viveram como sem-terra durante 36 meses.

O casal tem dois filhos e um neto de três anos, mora em uma casa confortável, possui um lote de terra de 14,5 hectares, onde cultiva verduras e legumes. Os produtos da horta familiar, vendidos aos vizinhos, e 12 cabeças de gado, garantem o sustento da família.

Além de moradia digna e a posse da terra, as famílias do maior assentamento rural do Rio Grande do Sul comemoram uma outra conquista: a chegada de água encanada e tratada.

Sistema de abastecimento

Em outubro, a Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**) inaugurou o sistema de abastecimento de água no setor A do assentamento, mais conhecido como Sepé Tiaraju. Lá, vivem 140 famílias, ou seja, 700 pessoas que, agora, possuem água encanada e tratada. A obra, no valor de R\$ 270 mil, iniciada em abril deste ano, mudou a vida de muita gente.

“Temos terra própria, já fazemos parte de uma nova sociedade. E com água na torneira de casa, viver no campo ficou mais fácil e melhor”, comemora dona Alzira, perto da filha mais nova.

Além das casas dos assentados do setor A, o sistema de abastecimento implantado pela **Funasa** garante, ainda, água clorada e fluoretada à Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima e ao Centro de Formação dos Trabalhadores. Na escola do assentamento estudam 230 crianças e trabalham 26 funcionários. O Centro de Formação tem capacidade para acomodar 120 pessoas. No local, parada obrigatória para representantes de movimentos sociais de todo o país, funciona um curso supletivo.

Mobilização

Antes da água, conhecimento, saber e muita mobilização. Os moradores de Filhos de Sepé que o digam. Quando a **Funasa** elaborou o projeto de implantação do sistema de abastecimento de água, técnicos da instituição fizeram uma Oficina de Mobilização Social e Educação em Saúde. O trabalho educativo, realizado no final do ano passado, preparou a comunidade para receber a obra e resultou em seis ações de continuidade. Os técnicos da **Funasa** trabalharam junto com os moradores temas como higiene, saneamento, alimentação e comunicação. A iniciativa fez com que os assentados desenvolvessem formas de solucionar as deficiências encontradas nestas áreas.

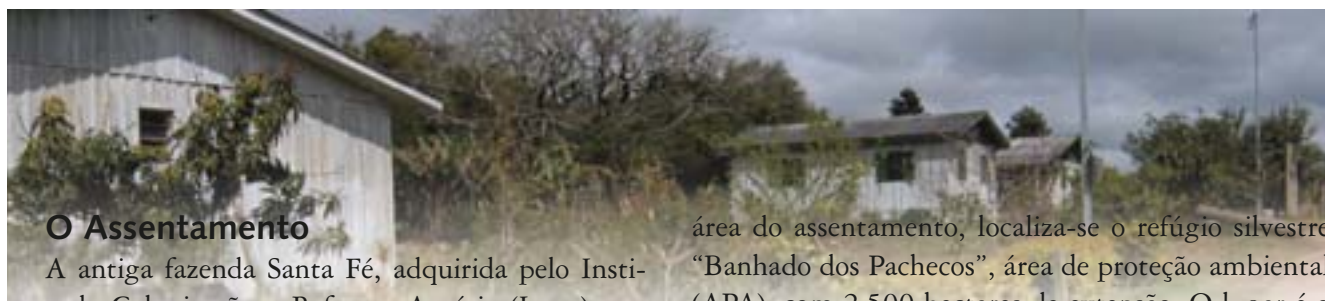
Edson Augusto, por exemplo, morador do Setor D, conhecido como Águas Claras, vê com bons olhos o trabalho de educação em saúde e mobilização social, coordenado pela **Funasa**.

“O serviço de coleta de lixo estava precário. Com o início da oficina, nós nos mobilizamos e solicitamos à prefeitura de Viamão regularidade na coleta. Agora, uma vez por semana, um caminhão do município vem até aqui para recolher lixo e entulhos”.

O trabalho de mobilização vem diversificando as atividades de auto-sustento dentro do assentamento. Desde o começo do ano, grupos de mulheres se formam para produzir bolos, doces e artesanato. Sob a supervisão da nutricionista da Cooperativa de Técnicos do MST (Cooptec), Cristina Araújo, as mulheres ainda aprendem a fabricar remédios caseiros, a usar plantas medicinais e a cuidar de viveiros de mudas e árvores frutíferas.



Para Isabel Cristina Monjeló (foto), 36 anos, três filhos, assentada há sete anos – e que entre 1997 e 1998 viveu acampada em Santo Antônio das Missões, o trabalho de educação é uma construção coletiva. “É mais fácil buscar as soluções para os nossos problemas quando estamos mobilizados, daí a importância do trabalho conjunto entre a **Funasa** e os assentados”, conclui.



O Assentamento

A antiga fazenda Santa Fé, adquirida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1998, por cerca de R\$ 18 milhões, deu origem ao Assentamento Rural Filhos de Sepé. Localizado próximo a Viamão, a 40 quilômetros de Porto Alegre (RS), o assentamento é o maior do Rio Grande do Sul. São 9.500 hectares, divididos em quatro setores. Ao todo, estão assentadas 376 famílias. O tamanho médio do lote de cada família é de 17,5 hectares. Nos lotes individuais, os trabalhadores rurais cultivam arroz, milho e verduras. Na área coletiva, cerca de 1.600 hectares, os assentados plantam arroz orgânico e criam peixes.

APA

A maioria dos 1.880 moradores do Assentamento Filhos de Sepé viveu como acampada por quase quatro anos antes de receber a posse da terra. Dentro da

área do assentamento, localiza-se o refúgio silvestre “Banhado dos Pachecos”, área de proteção ambiental (APA), com 2.500 hectares de extensão. O lugar é o *habitat* de várias espécies animais, entre elas capivara, jacaré e veado, além de ser destino de muitas aves migratórias.

Sepé Tiaraju

O nome do assentamento, Filhos de Sepé, é uma alusão ao líder indígena Guarani, Sepé Tiaraju. Contam os historiadores que Sepé Tiaraju tornou-se figura central na luta contra o Tratado de Madri, que exigia a retirada da população Guarani do território que ocupava havia cerca de 150 anos. Sepé Tiaraju morreu em 1756, em uma emboscada. A ele é atribuída a autoria da frase “Esta terra tem dono”. Filhos de Sepé é o primeiro assentamento rural a ser contemplado com obras de abastecimento de água pela **Funasa**.

Paraíba já tem água nos assentamentos

O Assentamento Rural Antônio Conselheiro, no município de São Miguel de Itaipu, localizado a 50 quilômetros da capital paraibana, recebeu recentemente a implantação de um moderno sistema de abastecimento de água. A obra foi executada pela **Funasa** e contou com um profundo rigor na qualidade e eficiência do projeto.

A ação está beneficiando diretamente 82 famílias com abastecimento de água, cuja distribuição vem sendo feita através da instalação de ligações domiciliares. Água tratada e de boa qualidade é agora realidade para a comunidade atendida, antes obrigada a percorrer diariamente cerca de três quilômetros para obter água de barreiros e, assim, realizar as atividades básicas de higiene pessoal e doméstica.

Foram aplicados R\$ 123 mil no projeto, desde a perfuração do poço, aquisição e instalação de bomba submersa, construção de reservatório elevado, rede de distribuição, até a implantação de ligações domiciliares.

Investimentos

Estão sendo investidos em todo país recursos para assegurar a infra-estrutura necessária aos assentamentos, como, por exemplo, eletrificação, estradas e fornecimento de água.

No Assentamento Antônio Conselheiro foi firmada uma parceria entre **Funasa** e Ministério de Minas e Energia que, através do programa “Luz para Todos”, levou energia elétrica para a comunidade assentada. Após a chegada da eletrificação, as famílias beneficiadas puderam ter acesso a um sistema de saneamento básico de qualidade.

Os investimentos destinados aos assentamentos rurais são resultado da política de inclusão social do governo federal, executados por meio de ações integradas de diversos ministérios, que visam, através do Plano Nacional de Reforma Agrária, transformar o meio rural brasileiro num espaço de paz, produção, qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável.

O plano apresenta um novo modelo de assentamento, que prioriza a integração produtiva, a viabilidade econômica das atividades e o acesso a direitos como educação, saúde e seguridade social.

R\$ 2 milhões de investimentos na bacia do Rio Doce no ES

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão executivo do Ministério da Saúde, vai investir neste ano R\$ 2.246 milhões em obras de saneamento básico nos municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Doce, no Espírito Santo. Os recursos são de convênios celebrados em 2004 e do orçamento próprio da Funasa previstos para 2005.

O investimento beneficiará dez municípios capixabas com obras de esgotamento sanitário, resíduos sólidos e melhorias sanitárias domiciliares. Na área de Engenharia de Saúde Pública, a Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

Os recursos estão sendo destinados a municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elevado índice de doenças de veiculação hídrica e que têm, preferencialmente, até 30 mil habitantes. As obras de saneamento diminuem os índices de enfermidades como verminoses, dengue, leptospirose e contribuem para a redução da mortalidade infantil.

Cooperação Técnica

Em parceria com estados e municípios, a Funasa retomou no ano passado o Programa de Cooperação Técnica, extinto em 1998. O objetivo do programa é apoiar tecnicamente estados e municípios, em especial os prestadores de serviços de saneamento, na construção e aprimoramento de um sistema de gestão eficiente, eficaz e sustentável.

Dos 25 municípios que contam com o programa no Espírito Santo, 12 estão localizados na bacia hidrográfica do Rio Doce. Por meio desta parceria, a instituição apóia os municípios tanto na operacionalização dos sistemas implantados, análise da qualidade da água, manutenção de estação de esgoto quanto na preparação dos projetos.

Integração do Rio São Francisco

“E o sertão vai virar mar...”

Texto Clara Guimarães

A profecia atribuída a Antonio Conselheiro, líder de Canudos, cantada em verso e prosa pelo cancionista nordestino, é traduzida, no imaginário popular do sertanejo, como o dia em que a água irá correr farta e o homem do campo não terá que esperar pela chuva para ter o que beber e como plantar.

Depois de mais de cem anos de intenso debate e estudos de viabilidade técnica, financeira e ambiental, o projeto de integração da bacia do Rio São Francisco está pronto para transformar em realidade o sonho de todo nordestino de ter água o ano inteiro.

Orçado em R\$ 4,5 bilhões, o projeto do governo federal, a ser executado pelo Ministério da Integração Nacional, prevê a integração do Rio São Francisco às bacias dos rios intermitentes do Nordeste Setentrional, que abrange os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte de Pernambuco. A iniciativa vai oferecer segurança hídrica (água de beber) a mais de 12 milhões de brasileiros que habitam as pequenas, médias e grandes cidades da região, uma das mais pobres do Brasil e que convivem, há décadas, com problemas

decorrentes da escassez e irregularidade das chuvas. Com 2.700 quilômetros de extensão, parte da água que o Velho Chico joga no mar em sua foz será captada para molhar o sertão.

Por trás do projeto existe uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o semi-árido nordestino. Junto com a distribuição de água, foi concebido o Programa de Revitalização do São Francisco, que prevê ações ambientais como a recuperação de áreas degradadas, de suas matas ciliares e do combate ao seu assoreamento, assim como obras de saneamento básico nas cidades localizadas ao longo de seu curso, que despejam na calha do rio seus esgotos “in natura”. As ações de revitalização estão sendo executadas pelos ministérios do Meio Ambiente, das Cidades e da Saúde.

Limpar a terra

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão executivo do Ministério da Saúde, referência no país na área de saneamento ambiental, terá participação fundamental no projeto. Por meio das ações de saneamento, que já foram iniciadas nos estados localizados ao



longo do rio, a Fundação atuará diretamente na despoluição do manancial hídrico, que atualmente possui trechos comprometidos pela descarga de esgotos em seu leito.

O projeto de integração de bacias prevê a construção de dois canais. Um na direção leste, que integrará o lago da barragem de Itaparica, no Rio São Francisco, com os rios Paraíba, no Estado da Paraíba, e Ipojuca, em Pernambuco, beneficiando regiões populosas e com baixa disponibilidade hídrica; e outro na direção norte que sairá do São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó, em Pernambuco, e levará água até as bacias dos rios Jaguaribe, no Ceará, Piranhas-Açu, na Paraíba/Rio Grande do Norte, e Apodi, no Rio Grande do Norte.

Serão captados 26 metros cúbicos de água por segundo, para consumo humano e animal, ou seja, apenas 1,4% do volume da vazão mínima na foz do rio, na divisa de Sergipe e Alagoas, e mais um excedente médio de 63 metros cúbicos por segundo, quando o Sobradinho estiver cheio ou vertendo (sangrando ou transbordando).

O Governo deverá iniciar as obras ainda este ano. Para isso, é necessária a emissão da Licença de Instalação pelo Ibama, que corresponde à autorização para

o início dos serviços. O Orçamento Geral da União de 2005 destinou para o Projeto São Francisco R\$ 624 milhões.

Revitalização

As ações de saneamento, previstas no Programa de Revitalização do São Francisco, estão sendo desenvolvidas por meio de parceria entre o Ministério das Cidades e a **Funasa**. A Fundação deverá investir, até 2007, cerca de R\$ 200 milhões em obras de saneamento ambiental nos municípios localizados na área da bacia do São Francisco.

Na verdade, antes mesmo da aprovação do Projeto de Integração de Bacias, a Fundação já havia financiado ações direcionadas para a revitalização do Velho Chico. Segundo o coordenador geral de Engenharia Sanitária, Johnny Ferreira Santos, nos últimos quatro anos a **Funasa** celebrou convênios e firmou contratos com estados e municípios localizados na bacia do São Francisco no valor aproximado de R\$ 175 milhões. Recursos que foram investidos em obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares (banheiros compostos de pia, vaso sanitário e chuveiro), coleta e destinação final de resíduos sólidos e saneamento em áreas indígenas.

Integração do São Francisco

Saúde! A Revista da Funasa – É verdade que o Rio São Francisco está morrendo?

Ministério da Integração Nacional – Não. O Rio São Francisco está machucado, mas ainda é um rio pujante. Ele tem sido muito ameaçado pelos impactos da ação do homem, como a poluição por esgotos, as barragens construídas ao longo do leito para a geração de energia elétrica e o assoreamento causado pelo desmatamento crescente dos cerrados em benefício da agropecuária. Apesar disso, a quantidade de suas águas não está comprometida e o São Francisco está em melhor situação qualitativa do que muitos rios do Sudoeste.

SRF – O nordestino da região semi-árida depende mesmo do Velho Chico?

MIN – As soluções dos problemas crônicos do semi-árido dependem de fato de seu manancial hídrico que é o Rio São Francisco, embora outras fontes de água possam ajudar, mas não substituem o potencial do São Francisco.

SRF – Não existem soluções técnicas mais econômicas como açudes, poços e cisternas?

MIN – A água dos rios intermitentes do semi-árido setentrional já é armazenada em grandes açudes, mas investe-se muito nessas obras para disponibilizar relativamente pouca água. Para cada metro cúbico de água disponibilizado, perdem-se três metros cúbicos por evaporação e sangramento nos açudes. O que poderá ocorrer, em muitas bacias, é que a construção de novos açudes necessários para distribuir água no território acabará causando mais perdas de água por evaporação, reduzindo a água no conjunto da bacia.

A opção pela captação de água em lençóis subterrâneos, por meio de poços é viável, mas limitada ao volume renovável e só pode ser feita, basicamente, nos terrenos sedimentares permeáveis que ocorrem apenas em cerca de 30% no Polígono das Secas e, de forma concentrada, na zona costeira e no estado do Piauí. Setenta por cento do semi-árido, portanto, não contam com essa opção, pois o terreno é cristalino e não permite a infiltração de água, sem falar na qualidade da água muitas vezes com alto teor de sais.

A coleta de água da chuva em cisternas garante água para beber no meio rural para as populações dispersas, mas não produzem modificações estruturais nem a sua inserção econômica nas condições modernas de vida. O uso da cisterna é válido numa conjuntura emergencial,

mas muito precário se for a única fonte de água permanente. Nas secas prolongadas a cisterna é um recurso que pode esgotar-se. Vale lembrar que a fonte de abastecimento de uma cisterna é a água da chuva. Se não chove, a cisterna não se recarrega.

SRF – A retirada da água do rio pode trazer prejuízos econômicos para os estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pernambuco?

MIN – Não haverá prejuízos econômicos ou ambientais para os estados banhados pelo Rio São Francisco, ressaltando uma pequena redução na geração de energia nas usinas da Chesf, não ocasionando o menor problema uma vez que o Nordeste está interligado ao sistema nacional de distribuição de energia. No caso de Minas, por exemplo, a captação ocorrerá a centenas de quilômetros depois de o rio ter deixado o território mineiro. A primeira captação será feita após a barragem de Sobradinho, na divisa da Bahia com Pernambuco, num trecho cuja vazão já está regularizada pela represa, o que também afasta o risco de afetar a navegação, os projetos de irrigação ou o abastecimento das cidades ribeirinhas dos dois estados.

A segunda captação será feita no lago de Itaparica, onde não causará qualquer impacto econômico ou ambiental. Alagoas e Sergipe não serão afetados porque a vazão do rio nesses estados é regularizada pela cascata de represas da Chesf, que alterou as condições originais do rio próximo da foz.

SRF – Existe um plano de gestão para o Rio São Francisco?

MIN – Pela primeira vez, nos 503 anos de história do São Francisco, a sua revitalização, um sonho antigo, está no centro das prioridades do governo federal, que, por determinação do presidente Lula, foi incluído no Plano Plurianual (PPA-2004-2007), priorizando inúmeras ações no setor de recursos hídricos para a Região Nordeste, com extensão prevista até o ano de 2015. O Plano é composto de quatro ações: integração de bacias do Nordeste, revitalização ambiental da bacia do São Francisco, os projetos de irrigação na região e o Proágua, que visa ao suprimento urbano na zona rural. O Projeto de Integração de Bacias será operado por uma empresa subsidiária da Chesf – a Chesf Água – que será criada exclusivamente com essa finalidade. Essa providência evitará, previamente, qualquer conflito de interesse pelo uso da água, a curto e longo prazos.

NÚMEROS DA INTEGRAÇÃO

O São Francisco tem

2.700

quilômetros de extensão, desde a nascente, na Serra da Canastra (MG), até a foz nos estados de Sergipe e Alagoas

A bacia do rio tem

634.000

quilômetros quadrados de área

Com a integração serão beneficiados

5

estados brasileiros (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, parte de Pernambuco e de Alagoas)

A bacia do rio banha

504

municípios, o que representa 9% do total de municípios do país

Com a integração

12.000.000

de pessoas serão beneficiadas

A obra foi estimada em

R\$ 4,5 BILHÕES

e o projeto será executado pelo Ministério da Integração Nacional

Revista tem novo nome: *Saúde! A Revista da Funasa*



“Saúde! A revista da **Funasa**” foi o nome vencedor do concurso “Batize nossa revista e ganhe um cafezinho”. A idéia foi enviada pelo servidor da Coordenação de Informática (Coinf), Sérgio Luiz de Castro.

Na casa desde a criação, em 1991, Castro explica que quando recebeu o e-mail sobre o concurso não hesitou em participar. O novo nome da revista, segundo ele, representa a própria missão da **Funasa** de promoção da saúde. “Primeiro pensei apenas no nome Saúde!, pois é o principal conceito que norteia a Fundação. Mas, quando fui enviar, acrescentei a frase “A revista da **Funasa**”, explica.

O sucesso foi total. Dentre diversas sugestões enviadas pelos funcionários e analisadas pela equipe da Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde (Ascom), a de Castro foi vencedora.

O vencedor disse que ficou ansioso para ver o resultado final da publicação com a qual ele contribuiu. “Acredito que a revista vai ser muito útil para divulgar as ações da **Funasa**”, afirma Castro.

O concurso foi lançado no início de novembro e contou com a participação de diversos servidores. O vencedor foi premiado com um café-da-manhã com a equipe da Ascom.



Funasa promoverá Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública

“Saneamento Ambiental, Sustentabilidade e Inclusão Social” é o tema do evento que ocorrerá em Fortaleza (CE), de 26 a 31 de março próximo

III Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública

A Engenharia de Saúde Pública insere-se no contexto das políticas públicas como um eficaz instrumento de valorização da cidadania, inclusão social, geração de riquezas e elevação da qualidade de vida, influenciando notadamente entre as ações voltadas para a promoção e proteção da saúde.

O atual quadro sanitário brasileiro revela a premente necessidade de atendimento a demandas de diversos níveis, nacionais, regionais e locais, configurando um largo espectro que abrange desde a necessidade essencial de acesso a água potável até a solução de problemas de contaminação do solo, da água e do ar. A intervenção da área de saneamento ambiental configura-se de relevante urgência, como forma de contribuir para o controle dos agravos à saúde, para a contenção do avanço das epidemias e endemias, minimizando a extensão dos danos decorrentes das doenças emergentes e reemergentes.

Em Fortaleza/CE, no período de 26 a 31 de março de 2006, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

promoverá o III Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública, tendo como tema “Saneamento, Sustentabilidade e Inclusão Social”. O evento destina-se a ampliar o debate político, técnico e científico alcançado nas duas primeiras edições, cujos temas foram: “Saneamento, Ambiente e Vida” e “Inovações Tecnológicas em Saneamento Ambiental”. A cada um dos Seminários ocorreram cerca de 900 técnicos, nacionais e internacionais, representando em torno 150 instituições.

A transversalidade das demandas da sociedade e as políticas públicas, a sustentabilidade das ações de saneamento ambiental e a inclusão social serão o foco central nesta terceira edição do Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública em que se ampliará a troca de informações entre os participantes, mediante a apresentação da I Mostra de Pesquisas da Funasa e a I Mostra de Dissertações de Cursos de Mestrado e realização das III Mostra de Experiências Bem-sucedidas e III Mostra de Estudos e Pesquisas da Funasa.

Funasa beneficia mais de 2,7 milhões de pessoas em todo o país

A Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**) está firmando, até o final de dezembro, 2.280 convênios para obras de saneamento ambiental com 1.576 prefeituras de todo o país. De acordo com o presidente da **Funasa**, Paulo Lustosa, o valor total dos convênios é de R\$ 534.070.214,55. “Estamos trabalhando para dar agilidade na liberação dos investimentos porque sabemos que as ações que desenvolvemos tem papel importante no processo de inclusão social brasileiro”, disse Lustosa.

O investimento vai beneficiar mais de 555 mil famílias, o que corresponde a mais de 2,7 milhões de pessoas. Com os novos convênios, cerca de 30% dos 5.560 municípios brasileiros ganharão novos serviços de saneamento ambiental. Além disso, as obras vão gerar mais de 106 mil empregos diretos e dinamizar a economia do país.

Com base em estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), os novos investimentos da **Funasa** vão

gerar uma economia de, no mínimo, R\$ 2,6 bilhões aos serviços médicos brasileiros. Segundo a OMS, para cada R\$ 1 investido em saneamento básico são economizados pelo menos R\$ 5 em remédios e tratamentos de saúde na rede hospitalar.

Os recursos destinados aos convênios serão aplicados em obras de abastecimento de água, saneamento, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, sistema de resíduos sólidos e melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas (confira tabela abaixo).

Os investimentos em saneamento ambiental têm sido priorizados na gestão do presidente da **Funasa**, Paulo Lustosa. Para se ter uma idéia, a partir do final de julho de 2005, quando a nova diretoria assumiu a pasta, foram liberados mais de R\$ 150 milhões, o que dá uma média de mais de R\$ 1 milhão de investimentos por dia, incluindo fins de semana e feriados.

Ação	Total de convênios	Valor R\$	Famílias beneficiadas
Abastecimento de água	1.145	247.732.849,79	173.178
Controle de doença de Chagas	100	16.188.000,00	2.490
Melhorias sanitárias domiciliares	446	59.371.547,67	28.272
Esgotamento sanitário	348	162.037.616,41	63.370
Tratamento de resíduos sólidos	235	45.528.200,68	284.551
Sistema de drenagem	6	3.212.000,00	3.518
Total	2.280	534.070.214,55	555.379

Obras de abastecimento de água atenderão 435 mil em Guarulhos

No ano passado, os bairros Bonsucesso, Cocaia e Cumbica, na cidade de Guarulhos (SP), foram selecionados para receber obras de abastecimento de água pelo Programa de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas, que é desenvolvido pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, em parceria com Ministério das Cidades.

A Funasa está repassando cerca de R\$ 5,9 milhões para que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) execute obras de extensão de rede, setorização, reservatório metálico com capacidade de cinco mil metros cúbicos e instalação de *booster* (bomba para aumentar a pressão d'água), com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2006. A contrapartida do Saae pelo convênio é de aproximadamente R\$ 2,6 milhões, sendo R\$ 87,8 para o Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms). Cerca de 435 mil moradores do município serão beneficiados.

Em consonância com as áreas de intervenção para a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água nos bairros envolvidos, foram planejadas atividades socioeducativas com o objetivo de mostrar à população que ela é co-responsável pelos benefícios que está recebendo e parte integrante do processo.

As ações estão sendo desenvolvidas nas escolas e nas comunidades locais. As escolas participantes que estão no entorno da obra selecionaram estudantes para integrarem o programa de Agentes Ambientais Escolares. Para a sua formação, são oferecidas palestras, oficinas lúdico-pedagógicas e visitas monitoradas à Estação de Tratamento de Água (ETA). O objetivo é desenvolver ações de conscientização junto à população beneficiada, visando à multiplicação de informações sobre questões de saneamento e saúde.

Para os moradores, estão sendo ministradas palestras abordando temas como a economia e escassez da água; doenças de veiculação hídrica e a problemática do lixo nos rios da região. Segundo o palestrante Marcos Garcia, o importante é levar a mensagem para comunidade independentemente do local. "Pode ser uma garagem, uma casa, um salão pequeno ou uma igreja. Onde houver uma comunidade de vinte, trinta, cinquenta ou cem pessoas lá estaremos nós", declarou.

Os técnicos do Saae de Guarulhos também capacitaram 543 agentes comunitários, do Programa da Saúde da Família (PSF). A coordenadora de Educação Ambiental do Saae, Erô Choueri, explicou que cada agente irá visitar em média de 150 a 200 famílias, levando informações e cuidados básicos para prevenção da saúde.

Investimentos da Funasa em novembro beneficiaram mais de 36 mil famílias

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) investiu, no mês de novembro, R\$ 20.041.039,01 para pagamento de convênios firmados em 23 estados e no Distrito Federal. De acordo com o presidente da Funasa, Paulo Lustosa, os recursos beneficiaram 36.427 famílias, ou mais de 146 mil pessoas. “Estamos trabalhando para dar agilidade na liberação dos investimentos porque sabemos que as ações que desenvolvemos tem papel importante no processo de inclusão social brasileiro”, disse Lustosa.

Do montante liberado, R\$ 15.976.715,41 são destinados aos convênios com 162 prefeituras para obras de saneamento ambiental. O recurso é destinado a investimentos em obras de abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares, esgotamento sanitário, sistema de resíduos sólidos, saneamento básico e no controle da doença de Chagas.

Saúde Indígena

No mesmo mês, o recurso investido na atenção à saúde indígena foi de R\$ 4.064.323,60 e atendeu comunidades dos estados do Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O restante dos recursos, da ordem de R\$ 572.118,00, é destinado para projetos de educação em saúde e pesquisa, por meio de convênios com a Fundação Universidade de Brasília, Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (Fapeu/UFSC).

Município	UF	Valor parcela	Família
Total	AC	1.700.000,00	2.190
Total	AL	747.539,50	1076
Total	AM	1.833.695,52	1899
Total	BA	965.200,74	2478
Total	CE	1.736.494,44	3120
Total	DF	500.000,00	
Total	ES	96.398,00	161
Total	GO	1.283.067,02	6256
Total	MA	1.474.016,44	3270
Total	MG	405.583,23	1038
Total	MS	1.659.129,83	234
Total	MT	1.499.800,95	1074
Total	PA	51.995,00	123
Total	PB	1.591.466,08	2874
Total	PE	1.088.049,55	3724
Total	PI	370.831,95	377
Total	PR	100.000,00	1.563
Total	RJ	85.996,46	262
Total	RN	241.528,83	268
Total	RS	253.156,43	299
Total	SC	292.058,00	343
Total	SE	243.145,00	219
Total	SP	1.505.684,88	1493
Total	TO	316.201,16	2086
Total global		20.041.039,01	36.429

Água, de qualidade, nas escolas

Um programa completo – Água na Escola –, sob responsabilidade da Funasa, prevê desde o financiamento para sistemas de abastecimento de água para escolas de comunidades carentes até a educação ambiental e sanitária extensiva à comunidade

O número é assustador. Mais de mil e quatrocentas escolas públicas rurais brasileiras ainda não possuem um sistema de abastecimento de água de boa qualidade para os seus alunos. Para mudar essa realidade, a Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**) assumiu a responsabilidade de promover o desenvolvimento de ações de abastecimento e saneamento, ao criar o Programa “Água na Escola”, que receberá investimentos de R\$ 9 milhões para beneficiar inicialmente 1.440 escolas, entre 2005 e 2008, com uma média de alcance de 360 escolas/ano, em nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.



Lançado oficialmente em Fortaleza, pelo presidente da **Funasa**, Paulo Lustosa, no dia 23 de setembro, o “Água na Escola” é destinado a escolas públicas do Ensino Fundamental, localizadas em áreas rurais com, no mínimo, 20 alunos. O Programa tem

como objetivo maior promover a melhoria das condições de saúde, com a implantação de sistemas de abastecimento de água e instalações sanitárias com destinação adequada dos dejetos. Entre os muitos benefícios, o “Água na Escola” contribui também para reduzir a evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem.

Primeira fase

A primeira fase do Programa vai atender às escolas públicas rurais do ensino fundamental situadas em povoados, vilas, distritos e aglomerados populacionais; aquelas com viabilidade hídrica; com existência de energia elétrica; com maior número de alunos; e as situadas em municípios pertencentes à região do semi-árido. Dependendo de dotações orçamentárias, o programa poderá ser estendido a outros estados.

O “Água na Escola” pretende implantar ou concluir projeto de sistema simplificado de abastecimento de água nas escolas públicas rurais e criar ou recuperar as instalações sanitárias. Pretende, ainda, ampliar para a comunidade próxima o suprimento de água por meio de chafariz público, além de desenvolver projetos de educação em saúde e mobilização social.

Mudança

Com o Programa “Água na Escola”, a **Funasa** pretende mudar a realidade de muitas escolas em que ainda se permite a utilização de mananciais, como poço raso, cacimbão, mina/nascente ou cisterna (reservatório para água de chuva), sem a adequada proteção sanitária. Essa água, que ainda abastece mui-

tas de nossas escolas rurais, é conduzida por pequenos canais a céu aberto ou por mangueiras expostas ao sol, com rachaduras, emendas e pontos de contaminação.

Persiste, também, a utilização de água subterrânea ou superficial com focos de contaminação bacteriológica e química, na fonte ou no percurso (próximo a currais, pocilgas, esgotos, lixo ou lavouras com uso de agrotóxicos).

Além de todas essas mazelas, em muitas escolas a quantidade de água é insuficiente para a demanda, os reservatórios são inadequados e sem limpeza periódica, há intermitência no abastecimento por insuficiência hídrica ou por falta de manutenção, além da ausência de filtros domésticos ou bebedouros e inexistência de esgotamento sanitário sem tratamento e destino adequados.

Investimentos

Somente no Ceará, Estado onde o Programa foi oficialmente lançado, está sendo investido R\$ 1,1 milhão. As escolas do Estado que serão atendidas pelo programa estão localizadas em 13 municípios e as ações beneficiarão cerca de 3.800 alunos do ensino fundamental, além do corpo docente

Segundo o presidente da **Funasa**, Paulo Lustosa, a objetivo do programa é dotar as escolas de melhor infra-estrutura e oferecer maior conforto ao aluno e ao professor durante o horário de aula. A falta de instalações sanitárias influencia diretamente a motivação e a assiduidade dos estudantes e professores. A perda de motivação prejudica o nível de concentração dos estudantes influenciando diretamente no rendimento escolar. Para Lustosa, as melhorias promovidas pelo programa influenciarão de forma positiva o combate à evasão escolar.

O Programa “Água na Escola” prevê ainda ações educativas que têm como premissa a conscien-

tização dos alunos e da comunidade sobre a saúde e a correta utilização dos recursos hídricos. A “Semana da Água” é um projeto baseado na adoção de uma metodologia de trabalho sobre o tema “Água, saneamento, ambiente e saúde”. O trabalho será executado pelos alunos e as atividades prevêem a realização de concurso de cartazes e redação, apresentação de vídeos, redação de texto para teatro de marionetes, produção das marionetes de papel e a apresentação das peças.

Luz para Todos

Além de água e saneamento, a **Funasa** vai garantir outros benefícios às instituições contempladas pelo “Água na Escola”. Por meio de convênio firmado com a Eletrobrás, as escolas que não têm serviço de energia elétrica serão incluídas no programa “Luz para Todos”. Parcerias firmadas com a Fundação Banco do Brasil e com Embrapa irão assegurar computadores com acesso à internet às escolas e a implantação de fossas sépticas biodigestoras, para tratamento do esgoto sanitário produzido após a construção de instalações sanitárias.

“Este é um programa de grande impacto social, porque, além de levar água e saneamento, vai garantir energia elétrica para as escolas e descortinar um mundo novo de informações para os alunos do meio rural, proporcionado pelo acesso à internet”, diz Lustosa.

Para o próximo ano, estão previstos no orçamento da Fundação R\$ 20 milhões para o Programa. Estes recursos podem aumentar caso se concretize parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).





Cem dias de gestão

Mais agilidade no serviço ao público

Em pouco mais de três meses à frente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a nova diretoria consolidou um estilo de trabalho mais ágil e transparente no órgão. Programas e projetos que andavam de forma lenta, atualmente caminham a passos largos para benefício da população atendida.

O repasse de recursos ganhou velocidade e, no período de cem dias, alcançou média superior a R\$ 1 milhão por dia, somente de restos a pagar. O investimento atende a necessidades das mais vitais para populações historicamente excluídas: obras de saneamento ambiental.

Nesse recorte de tempo, comunidades de mais de 350 municípios de todos os estados brasileiros reconquistaram a esperança de ter à disposição mais infra-estrutura e, conseqüentemente, mais qualidade de vida.

Na liderança deste movimento de mudanças está Paulo Lustosa. Cearense de Sobral, Lustosa assumiu a Funasa no dia 25 de julho e, como é característico da sua trajetória na administração pública, cheio de novas idéias. Nesses cem dias de gestão, lançou o programa “Água na Escola” e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena.

Para os próximos cem dias, o presidente da Funasa trabalha arduamente para lançar o programa “Água para Todos” – que fortalecerá o orçamento e a atuação do órgão no que diz respeito a obras de saneamento ambiental - e ampliar a atuação da Funasa nos municípios às margens do rio São Francisco. Atualmente, a Fundação atende a 111 das cerca de 500 cidades à beira do rio com obras de saneamento que ajudam a recuperar e revitalizar o rio “da integração nacional”.

A que o senhor atribui a agilidade que marcou esses cem primeiros dias de sua gestão?

A agilidade deveu-se, principalmente, a um contato mais próximo com representantes das comunidades. A Funasa abriu definitivamente as portas para parlamentares, prefeitos e governadores apontarem as intervenções mais prementes. O contato, feito de forma suprapartidária e responsável, levou à maior interação entre executivo e legislativo, com benefícios reais aos moradores dos muni-

cípios interioranos. Outro avanço obtido foi a reativação do Projeto Alvorada em diversos estados brasileiros. A Funasa empenhou parte do corpo técnico para a resolução dos diversos entraves que impediam a liberação dos recursos para a continuidade de obras. A atitude resultou na liberação de mais investimentos e na garantia de conclusão de sistemas de abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário e outras melhorias voltadas ao saneamento ambiental.

Além do Projeto Alvorada, que outros programas estão sendo lançados?

Além deste projeto, a Fundação lançou programas importantes, como o “Água na Escola”, que vai garantir, somente este ano, água e equipamentos hidrossanitários a cerca 35 mil alunos de 168 escolas rurais do semi-árido, e o Sisvan Indígena, sistema de vigilância alimentar e nutricional para as populações indígenas brasileira – iniciativa inédita na história do país.

E a execução orçamentária, vem possibilitando o atendimento aos municípios necessitados?

Nesses cem dias, a **Funasa** ganhou uma gestão mais eficiente e os resultados comprovam o esforço feito pela diretoria e técnicos da Fundação. A execução financeira caminhou a passos largos para garantir o atendimento aos municípios brasileiros que necessitam da **Funasa**. Todos os programas de saneamento ambiental apresentam, atualmente, índices de pagamento superiores a 60% do orçado para este ano. Na área de execução orçamentária, o Programa de Saneamento Ambiental Urbano, por exemplo, está com 83% do seu limite empenhado para obras nos mais diversos municípios e estados. Nesse programa, mais de 60% foram empenhados nos últimos cem dias.

O “Água na Escola” vai garantir, somente este ano, água e equipamentos hidrossanitários a cerca 35 mil alunos de 168 escolas rurais do semi-árido

Mas não há necessidade de mais recursos para investimentos em outros projetos de saneamento?

Sim. Com o crescimento quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas, a **Funasa** consolidou-se como referência nacional em intervenções voltadas ao saneamento ambiental. Por esse motivo, negocia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a ampliação dos investimentos para o ano que vem. Este ano, a **Funasa** está atendendo cerca de 1,3 mil projetos, mas há mais de 18 mil pedidos para investimentos sem a possibilidade de atendimento com o atual orçamento do órgão.

Como o senhor pretende atender a essa demanda?

Para ampliar o escopo de atuação, a **Funasa** enviou carta convite ao BID para investimento em um

programa a ser lançado nos próximos meses, o “Água para Todos”. A intenção é conseguir um aporte de cerca de US\$ 450 milhões que, somados aos recursos próprios do órgão, possibilitariam a necessária adequação para atendimento de todos os pedidos enviados à **Funasa**.

Há previsão de ampliação desses recursos?

Sim, a Fundação tem conversado com representantes da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional para ampliação do orçamento destinado ao órgão. Vai ajudar, também, os municípios atendidos pelo projeto Pró-Cidade para a contrapartida, uma vez que essas cidades têm capacidade de endividamento, mas não têm recursos para o pagamento da contrapartida.

E o atendimento à saúde indígena?

O esforço voltado às ações de saúde indígena não foram menores. Além do lançamento do Sisvan Indígena – que vai atender a cerca de 65 mil crianças de zero a cinco anos e gestantes indígenas em todo o território brasileiro, a **Funasa** conseguiu reverter o quadro de desnutrição encontrado em Dourados. A região apresenta, hoje, o menor índice de mortalidade infantil desde 1999. A Fundação agilizou, também, os repasses às conveniadas para a atenção básica à saúde indígena. Até o dia 3 de novembro, foram investidos mais de R\$ 38 milhões em atividades como essa.

E como vem sendo tratada a questão da nutrição nas comunidades indígenas?

Desenvolvemos parcerias com outros órgãos do governo federal para a distribuição de cestas básicas a populações indígenas. Atualmente, por meio de parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social e a Fundação Nacional do Índio, a **Funasa** viabiliza a distribuição de mais de 43 mil cestas básicas em mais da metade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Redução nos índices de desnutrição e mortalidade infantil indígena em Dourados

Texto Luciana Modesto

A indiazinha Geria da Silva, com dois anos de idade, tem uma vida diferente daquela que viveu no início do ano, quando esteve internada, com pouco mais de 4,5 quilos. Hoje a menina está recuperada de uma desnutrição severa que a levou à internação no Centro de Recuperação Nutricional da ONG Missão Evangélica Caiuá, em Dourados, Mato Grosso do Sul, por seis meses.

Geria teve seu retrato estampado na imprensa nacional e internacional, denunciando o problema da mortalidade infantil indígena em Mato Grosso do Sul e por pouco não aumentou a estatística de óbitos. Mas graças ao trabalho da Fundação Nacional de Saúde, em parceria com órgãos da esfera federal, estadual e municipal, Geria teve alta em junho, saudável, pesando 8,7 quilos.

A pequena Geria comprova apenas o que os indicadores de saúde mostram em 2005: desde o início do ano, a desnutrição e a mortalidade infantil nas aldeias de Dourados apresentam índices cada vez mais baixos a partir do trabalho da **Funasa** na área de saúde indígena, em 1999. Nos meses de agosto, setembro e outubro de 2005 não foram registradas mortes de crianças nas aldeias de Dourados.

De janeiro a outubro de 2005, a mortalidade infantil de zero a um ano, foi de 32,6 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. Uma vitória diante dos 64,9 em 2004, o que representa uma queda de 58%. A mortalidade na infância, até cinco anos, também teve queda. No ano de 2004, foram registrados 44 óbitos de janeiro a outubro, com indicador de 102,08 mortes para mil nascidos vivos. Em 2005, no mesmo período, o indicador caiu para 65,21, uma redução de 46%.

“Persistindo essa tendência, certamente o ano de 2005 poderá registrar a menor taxa de mortalidade infantil já observada no Pólo de Dourados. O que



para todos é uma vitória expressiva, tendo em vista os fatores adversos enfrentados e vencidos até agora por todos os que fazem parte deste trabalho, provando que é possível vencer os desafios”, comemora o coordenador técnico de Saúde da **Funasa** no Estado, Antônio Fernandes Costa.

Centrinho

As internações no Centro de Recuperação Nutricional (Centrinho) também registraram quedas nesses últimos meses. Em janeiro, estavam internadas 38 crianças. No mês seguinte, o número subiu para 45, mas nos meses subsequentes o número caiu. Hoje, estão internadas 22 crianças.

Para alcançar os resultados, a **Funasa** efetivou parcerias para realização de ações ao longo do ano como a reestruturação da atenção primária às crianças, com a criação de leitos indígenas infantis; a qualificação

da atenção hospitalar e a suplementação alimentar, através da realização de sopões, distribuição de cestas básicas, de multimistura, de feijão em pó enriquecido; e investimentos em saneamento básico, através de obras de ampliação da rede de abastecimento de água para atender, até o final do ano, 100% das casas. Outras medidas importantes foram tomadas, como a aplicação de vitamina A nas crianças e vacinação de 98% delas nas aldeias.

Iniciativa

A Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul, da **Funasa**, foi a primeira no país a implantar, em meados de 2002, o Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional. Com esse programa, a instituição verifica de perto a realidade da desnutrição, através do acompanhamento das crianças feito pelas equipes médicas nas aldeias.

Nesse ano, a Coordenação realizou um mutirão de pesagem no sul do estado, nas cidades de Amambaí, Caarapó, Iguatemi, Dourados, Paranhos e Tacuru para identificação e acompanhamento dos casos de desnutrição. Nas visitas, as equipes orientam os pais quanto aos cuidados necessários para a saúde da criança.

Sisvan Indígena no combate à desnutrição



Há tempos a subsistência dos povos indígenas tem relação imediata com a agricultura, caça e pesca. As condições de vida indígena foram alteradas desde a interação com as frentes de expansão, que trouxeram novos modelos socioeconômicos. Os limites territoriais tiveram uma diminuição, o que resultou em grandes modificações no modo de subsistência destes povos.

Nas três pesquisas significativas que investigaram a situação nutricional da população brasileira, os povos indígenas não foram incluídos. O reduzido número de estudos e a fragmentação das informações sobre as tendências alimentares e o estado nutricional dos povos indígenas dificultam a atuação da equipe multidisciplinar de saúde e a implementação das políticas públicas para os povos indígenas.

O setor acadêmico e instituições de estudos e pesquisas são parceiros na implantação do Sisvan Indígena. Em novembro, a **Funasa** lançou manifestação de interesse para realização de um inquérito nutricional, que terá como objeto a saúde e a nutrição dos povos indígenas brasileiros. Será uma pesquisa inédita que também conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na rotina de atenção nutricional indígena, o acompanhamento das crianças menores de cinco anos é enfatizado, devido a maior vulnerabilidade aos casos de desnutrição. Uma ação significativa do Sisvan é a prevenção das deficiências de micronutrientes. Para isso, existem programas de suplementação vitamínica, que em breve serão adotados nos 34 Dseis. Em Dourados (MS) a vigilância alimentar e nutricional já é uma realidade e indica excelentes resultados.

Trabalhadores indígenas em MS recebem orientações e realizam exames

Uma ação inédita está sendo promovida pela **Funasa** em Mato Grosso do Sul. Indígenas que trabalham em usinas de cana-de-açúcar no Estado vêm recebendo orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A primeira usina visitada por técnicos do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) do Estado foi a Usina Debrasa, no município de Brasilândia, a 358 quilômetros da capital, Campo Grande.



A equipe, composta por técnicos do Dsei, do Laboratório Central e Secretaria de Saúde do Governo do Estado e Coordenadoria do Programa de Controle de Hanseníase da Prefeitura de Três Lagoas, promoveu palestras diárias sobre DST, incluindo o uso correto de preservativos, e também sobre tuberculose e hanseníase. Nas palestras, os participantes receberam orientações sobre transmissão, tratamento, sinais e sintomas das doenças. Além das palestras, os indígenas fizeram triagem e exames de tuberculose. No total, foram atendidas cerca de 450 pessoas.

Para o trabalhador indígena Josué Rodrigues dos Santos, a palestra foi muito válida. “Temos muitos jovens que trabalham aqui e essa orientação vai ser

muito útil na vida deles”, afirma. Josué é o “cabeçante”, ou seja, líder de uma equipe de 42 indígenas. O grupo que Josué coordena vem das aldeias de Miranda, que totalizam 150 trabalhadores na usina.

Resultados positivos

“Ações como essas sempre surtem resultados positivos e a participação dos trabalhadores indígenas é sempre maior”, conta a enfermeira da usina, Adriana Rodrigues Pimenta.

De acordo com o Dsei de Mato Grosso do Sul, a ação em prevenção às DSTs nas usinas é inédita no Estado e visa levantar a realidade dos trabalhadores para planejamento de ações preventivas junto a essa parcela da comunidade indígena.

No controle de tuberculose, a **Funasa** já vem trabalhando desde 2004, através de capacitação de equipes de saúde de cinco usinas do Estado em diagnóstico, tratamento e controle da doença. “Cada vez que a pessoa abandona o tratamento, a bactéria da tuberculose torna-se mais resistente”, explica a enfermeira e coordenadora do Programa de Controle à Tuberculose da **Funasa** em MS, Roselene Lopes de Figueiredo. A enfermeira orientou sobre a importância do tratamento contínuo. Segundo Roselene, desde que medicado, o indígena pode trabalhar normalmente.





Cartilhas em guarani

Nas palestras voltadas à tuberculose, foram distribuídas cartilhas educativas, elaboradas em 2002 pela Ong alemã DAHW (Associação Alemã de Assistência a Hansenianos e Tuberculosos). A cartilha tem tradução em guarani e foi ilustrada com desenhos de estudantes indígenas.

A Debrasa possui cerca de 1.800 funcionários, em que 50% da força de trabalho é indígena. Atualmente, a empresa conta com 17 turmas de cerca de 50 pessoas cada, vindos principalmente das aldeias das etnias guarani-caiua e terena. Os índios trabalham, geralmente, no corte da cana. Cada indígena chega a cortar de oito a dez toneladas por dia. A tonelada equivale de 80 a 90 litros de álcool.

Além de Brasilândia, os municípios de Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia possuem usinas de álcool e cana-de-açúcar que contratam trabalhadores indígenas.

Contrato de Trabalho

A contratação do trabalho indígena nas usinas possui algumas características específicas. Para que o índio possa trabalhar nas usinas, ele precisa de um acordo entre o cacique da aldeia em que reside e um recrutador, chamado de cabeçante.

Esse cabeçante é responsável pela orientação sobre o trabalho e o comportamento dos índios que ele recrutar para trabalhar. A equipe não pode passar de 50 índios.

O cabeçante possui papel importante no trabalho, já que por muitas vezes serve de intermediador e intérprete, pois muitos indígenas não falam português fluentemente.

O contrato de mão-de-obra indígena, também chamado de Pacto Indígena, tem validade por, no máximo, 70 dias, seguindo exigência do Ministério do Trabalho.

Campanha oftalmológica no Vale do Araguaia



A Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Goiás promoveu um mutirão e garantiu 100% de cobertura oftalmológica aos indígenas atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Araguaia de etnias Tapirapé e Karajá. Foram dez dias de trabalho intenso, pois a meta era atender as 19 aldeias da região, onde vivem 3.080 índios. Além das consultas, foram doados óculos e realizadas cirurgias de catarata e pterígio, doenças que atingem os olhos.

O mutirão, chamado de Ação Vi Vendo Melhor, contou com o apoio do Hospital de Olhos de Aparecida de Goiânia, prefeitura municipal de Confresa, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia. Durante os

dez dias de campanha foram realizadas 795 consultas, 50 cirurgias de catarata e 15 de pterígio.

A equipe médica, liderada pelo médico Alexandre Taleb, identificou uma doença rara, mas comum entre parentes consanguíneos, já que o casamento entre parentes próximos era uma prática entre os índios no passado, que é a retinose pigmentar. Depois da constatação de três casos, os portadores da doença foram encaminhados para tratamento.

Triagem

Antes de começar o mutirão, a **Funasa** fez uma triagem para identificar a demanda de atendimento. A Fundação montou uma estrutura logística com transporte e alimentação, promovendo assim a integração entre equipe médica, servidores, conveniadas Ipec e Iny Mahadu - entidades que trabalham em parceria com a **Funasa** -, comunidade local e lideranças indígenas.

“Esta ação veio atender a grande demanda e uma necessidade da comunidade indígena, visto que os municípios de referência não dispõem desta especialidade”, explicou o coordenador regional de Goiás, Ruy Gomide Barreira, acrescentando que para o atendimento oftalmológico os indígenas tinham de recorrer à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) de Goiânia, muito distante das aldeias.



Saúde indígena: uma nova realidade em Rondônia

Após o fim dos convênios firmados com as organizações não-governamentais, em 1º de abril de 2004, a Coordenação Regional da Funasa de Rondônia assumiu, de fato e de direito, a atenção à saúde aos povos indígenas do estado, do sul do Amazonas (Humaitá) e do norte de Mato Grosso (Juína e Aripuanã).

Desde então, a Regional de Rondônia tem como atribuição o gerenciamento de todo o processo de atendimento de saúde de 12.874 índios, sendo 5.630 de aldeias localizadas na região atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Vilhena/Cacoal e 7.244 pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho. O desafio da Regional é superar todas as dificuldades e fazer com que o atendimento chegue de forma satisfatória a todas as aldeias.

Essa nova postura proporcionou a otimização e a agilização do atendimento de saúde e, principalmente, a redução de gastos do suprimento de fundo, que possibilita, de acordo com a Portaria nº 747, de 22 de abril de 2004, o pagamento de despesas com alimentação, hospedagem, combustível, transporte, medicamento, procedimentos médico-hospitalares de urgência, embalsamento, traslado e sepultamento, recuperação e manutenção de instalações civis, elétrica e hidro-sanitárias e recuperação e manutenção de veículos, máquinas e equipamentos, haja vista que a

Regional vem firmando contratos com empresas escolhidas através de processos licitatórios, na modalidade pregão.

Contratos em vigor

Atualmente, 64 contratos com empresas especializadas encontram-se em vigor. Entre eles, podemos citar a prestação de serviços de fornecimento de: alimentos; hospedagem; segurança e vigilância armada; lavanderia; limpeza e conservação; remoção através de aeronaves; combustível; atendimento médico; fornecimento de medicamentos e cestas básicas; atendimento odontológico; serviços funerários e implantação e manutenção preventiva e corretiva de sistemas de abastecimentos de água.

Para o coordenador regional, Josafá Piauhy Marreiro, esse procedimento, entre outros ganhos, facilitou o acompanhamento dos gastos, o gerenciamento e controle das despesas realizadas por meio de relatórios mensais elaborados pelos técnicos, sob a orientação da Divisão de Administração, com base em informações obtidas durante supervisões aos Pólos e Casais.

O novo modelo de contratação de serviços possibilitou, também, trabalhar com estimativas dentro da realidade e especificidade de cada Dsei, no momento do elaboração do orçamento financeiro do exercício subsequente.

Funasa instala Mandallas em aldeias na Paraíba

No final de fevereiro deste ano foram iniciadas as obras para construção de um dos mais eficientes projetos de auto-sustentabilidade do país: o Mandalla, em Baía da Traição, na Paraíba. O moderno e econômico sistema de irrigação foi construído na Aldeia Galego, através de uma parceria entre a **Funasa** e a Agência Mandalla de Desenvolvimento Holístico e Ambiental – DHSA. O objetivo do projeto é a viabilização prática de uma ação de capacitação para comunidades indígenas residentes nas aldeias da etnia Potiguara, localizada no município de Baía da Traição.



O processo Mandalla é um método participativo de planejamento e organização da produção que evolui de sistemas de sementes de auto-sustentação alimentar para complexos de produção associativa e

agroindustrial. No projeto, já em fase de finalização na aldeia Galego, ocorreu a implantação prática do ciclo de capacitação com a metodologia da Agência Mandalla, visando à efetivação de ações que buscam o melhor aproveitamento do potencial produtivo no uso da terra e da água para a produção de alimentos com qualidade, produtividade, responsabilidade social e exercício da cidadania.

Parceria

A **Funasa** fechou essa parceria com a Agência Mandalla – DHSA para assessoramento técnico devido à necessidade urgente de criar políticas públicas de saúde que garantam qualidade de vida às tribos indígenas do país. A proposta formulada pela Agência foi criar um processo que disseminasse o melhoramento socioeconômico do ambiente local, com base na reestruturação produtiva da comunidade indígena a partir das unidades de produção familiares.

Além da implantação de Mandalla, estão previstas no projeto ações como a identificação de uma área que se incorpore ao processo; treinamento para a identificação de potenciais produtivos locais já existentes; e racionalização da área de abrangência para o plantio organizado da auto-sustentação alimentar de diversas culturas.

Índices de vacinação superam expectativas Metas do Ministério da Saúde são superadas nas aldeias do estado

A vacinação nas áreas indígenas da Paraíba vem superando a cada ano as expectativas da **Funasa** com relação ao percentual do cronograma vacinal da Fundação. No segundo trimestre deste ano, a Coordenação Regional do órgão intensificou a aplicação de vacinas nas aldeias do Estado, conseguindo resultados expressivos no número de doses aplicadas.

Segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), nesse período foram aplicadas 7.913 doses de todas as vacinas que compõem o calendário vacinal indígena nas comunidades dos municípios de Baía da Traição e Marcação. Entre as vacinas aplicadas, algumas vêm se destacando de um modo especial devido ao sucesso nos índices percentuais de cobertura.

Campanhas

Na Campanha de Vacinação do Idoso, com a influenza (vacina contra a gripe), enquanto a meta nacional é vacinar 70% dos idosos, a campanha atingiu 78,7% da população. A vacinação contra a hepatite B já conseguiu ultrapassar a casa dos 93%.

O grande destaque, entretanto, ficou com a campanha contra a poliomielite, pois na primeira etapa de vacinação na área indígena a cobertura vacinal em crianças de zero a quatro anos atingiu a marca histórica de 100%, vacinando inclusive crianças não-indígenas. “Como a meta nacional é vacinar 95% de crianças numa determinada área, ultrapassamos bem esse propósito”, enfatiza Eufrásia Lira, coordenadora técnica do Dsei Potiguara.

Formação de Agentes Indígenas de Saneamento em debate

A Funasa na Paraíba, promoveu no dia 20 de outubro, em João Pessoa, em seu auditório, uma reunião com a equipe multisetorial com o objetivo de traçar estratégias para o próximo curso de formação dos Agentes Indígenas de Saneamento (Aisans). Para coordenar as atividades, esteve presente o técnico Herbert Pereira de Melo, Tutor do Curso de formação de Aisans da Funasa Presidência, que destacou o aumento do interesse dos indígenas pela profissão.

“A demanda vem crescendo a cada ano por causa crescimento da abrangência dos sistemas de abastecimento de água nas aldeias em todo o país. Hoje em dia, existem quase mil indígenas exercendo essa função em todo território nacional”. Hebert Pereira lembrou ainda que o conteúdo programático dos cursos cresceu bastante com o envolvimento de todos os setores das coordenações regionais. “Nossa meta é que com o aumento do conteúdo e com uma melhoria gradual na escolarização desses jovens, eles possam ser certificados como técnicos num futuro próximo”, acrescentou.

O último curso de formação de Aisans no Estado foi oferecido há três anos. O próximo curso será ministrado em dezembro e já conta com 19 indígenas inscritos.

Manutenção e conscientização

As populações indígenas da Paraíba podem se considerar privilegiadas, já que todas as aldeias do estado

possuem sistemas de abastecimento de água, levando saúde ao Povo Potiguara - única etnia indígena da Paraíba. As 24 aldeias localizadas nos municípios de Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto, contam com obras de engenharia que foram financiadas e executadas pelo governo federal para garantir o abastecimento de água.



Esses sistemas e seus equipamentos, entretanto, necessitam de manutenção preventiva. Daí a importância dos Aisans, um vez que, além de cuidar da manutenção do sistema de abastecimento das aldeias, eles precisam conscientizar a população dos cuidados com o meio ambiente e fazê-los entender a necessidade da realização de testes diários para averi-

guar a qualidade da água.

Seleção

A escolha dos Aisans é sempre um processo seletivo bastante cuidadoso, onde jovens indígenas da própria comunidade, após uma criteriosa seleção, passam por um curso de formação promovido pela Funasa, que busca criar profissionais técnicos para garantir o perfeito funcionamento das instalações hidráulicas, além de cooperar para o equilíbrio ambiental na aldeia.

A importância destes jovens para o Programa de Saneamento Ambiental da Funasa é muito grande, já que eles estão em tempo integral na comunidade, podendo, então, resolver eventuais problemas de pequeno porte a qualquer hora do dia ou da noite.

Capacitação de profissionais reforça ações de segurança alimentar nas aldeias



José Maria, diretor do Desai, discursando na abertura do evento

“O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional não é só coleta de dados. Qualquer pesquisa que aconteça no Brasil vai apresentar dados. Nós queremos intervir” declarou a professora da Fiocruz, Denise Oliveira e Silva, durante o I Seminário sobre as diretrizes para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena - Sisvan. A afirmação fortaleceu os anseios dos profissionais de nutrição que participaram do evento, sediado em Brasília, entre os dias 23 e 25 de novembro.

O encontro foi uma troca de experiências das ações em nutrição e segurança alimentar, com palestras e debates sobre os aspectos do Sistema. Os 40 participantes, incluindo profissionais de saúde de 15 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), levantaram as ações dos profissionais que atuam na área de nutrição e buscaram soluções para cada desafio. Na ocasião, evidenciou-se a valorização do trabalho de cada profissional e o surgimento de uma rede de solidariedade entre nutricionistas e técnicos.

A nutricionista da Funasa, Rosalynd Vieira, contou que, através de parcerias com a prefeitura e a Funai, a equipe já monitora todas as crianças do Dsei Potiguara (PB). “Vale a pena vestir a camisa do Sisvan. Cada vez mais os chefes de distrito compreendem a importância das ações do profissional de nutrição”, comentou Rosalynd.

Ainda no Seminário, grupos de trabalho elaboraram um possível planejamento para o Sistema e discutiram os papéis dos profissionais de Saúde na formação de uma rede para atuar na implantação do Sistema. A proposta é que esta rede atue de acordo com

as orientações da Norma Técnica de Vigilância Alimentar e Nutricional para os Dseis, na qual estão previstas as diretrizes do Sisvan Indígena.

Formação de profissionais

Após este evento, outros seminários deverão ser realizados para formar, em todos os 34 distritos, profissionais que atuem no Sisvan Indígena. Entre os meses de junho e agosto, ocorreram 84 capacitações de profissionais dos Dseis Xavante, Pernambuco, Solimões e Javari. Nesse sentido, destaca-se a parceria entre a Funasa e a Fiocruz para realização de um curso a distância, considerado uma das principais estratégias utilizadas para formação de recursos humanos em Vigilância Alimentar Nutricional Indígena.

O Sistema permite ao profissional atuar imediatamente nos casos de distúrbios nutricionais, além de servir como base para planejamento e tomada de decisões oportunas. “Vamos implementar o Sisvan Indígena pela primeira vez no país. Haverá muitos desafios. No entanto, acredito que possamos construir um processo que vai abrir frentes”, afirma a gerente da área de nutrição do Departamento de Saúde Indígena, Aline Caldas.

O Sistema irá processar, analisar e divulgar as informações coletadas pelas equipes multidisciplinares de saúde da Funasa. Será um acompanhamento constante da situação alimentar nas áreas indígenas e do estado nutricional de uma população estimada em 454 mil índios. Esses dados servirão como subsídios na formulação de políticas públicas pela melhoria da qualidade de vida e saúde das famílias indígenas.



Sisvan Indígena

Ação pioneira na garantia do Direito Humano à Alimentação

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional respeita as especificidades dos índios e índias, e surgiu como uma reivindicação do próprio movimento indígena. A demanda foi apresentada pelas próprias comunidades e reforçada pelos profissionais de saúde, durante o Fórum de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas (2003), no qual foram discutidas políticas públicas para a área de nutrição.

Desde então, ações relativas à alimentação e nutrição indígena são prioridades para a Funasa. Por isso, o Departamento de Saúde Indígena (Desai) criou a gerência de Vigilância Nutricional, responsável pela elaboração e execução das ações do plano operacional que implementa a Vigilância Alimentar e Nutricional nos Dseis. Nós estamos num momento privilegiado. Afinal, existe uma Instituição que deseja politicamente fazer o Sisvan. E vai disponibilizar subsídios para isso, reforça Aline Caldas.

Para implantação do Sisvan Indígena, a Funasa vai investir R\$ 3 milhões por ano. Além disso, serão utilizados recursos do Projeto Vigisus, parceria do governo federal com o Banco Mundial, no valor de R\$ 5 milhões, para os próximos quatro anos.

A atitude de Vigilância Nutricional é uma missão que perpassa diversos saberes. Cada povo tem suas próprias concepções, valores e formas de vivenciar a Saúde, a doença e a nutrição. Isso faz com que algumas comunidades e equipes de saúde tenham percepções distintas. O Sisvan indígena propõe uma metodologia que busca evitar confronto entre estes saberes.

Aldeias em Tocantins ganham eficiente sistema de abastecimento

Moderno sistema de abastecimento de água permite o cultivo de hortas comunitárias



Foi inaugurado no dia 28 de outubro o mais moderno sistema de abastecimento de água construído pela Funasa no Estado de Tocantins. Localizado no município de Tocantínia, a 70 quilômetros da capital, Palmas, o sistema tem capacidade para abastecer de água potável uma população de cerca 30 mil habitantes e vai atender quatro aldeias da etnia Xerente, um dos seis grupos étnicos do estado. Atualmente, 700 indígenas das aldeias Recanto Krité, Nova, Salto e Porteira já se beneficiam com água do sistema.

Segundo o Engenheiro, José Wilson Pereira Lima, chefe da Divisão de Engenharia e Saúde Pública da Coordenação Regional do Tocantins, a captação da água é feita do manancial (córrego Piabainha), com adução, tratamento (sistema Hidrogerox), filtração através de fluxo ascendente e distribuição, por ser, segundo ele, a melhor forma de solucionar o problema enfrentado por aquelas comunidades, principalmente na época da estiagem, quando a vazão da água dos poços diminui.

“Esse era um sonho do meu avô. O rio não seca mais. Agora a água tá na porta e a gente usa pra tudo”, comemorou o cacique da aldeia da aldeia Nova, João Calixton Xerente.

Auto-estima

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações das áreas de projetos especiais como assentamentos, quilombos, reservas extrativistas, ribeirinhos e indígenas, a Coordenação Regional da Funasa em Tocantins realizou, entre 22 e 28 agosto passado, no Assentamento Baviera, município de Aragominas, a cerca de 540 km de Palmas, a I Oficina de Educação em Saúde, Comunicação e Mobilização Social.

O evento realizado pelos técnicos da Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde da Regional teve como tema higiene, alimentação, comunicação, meio ambiente e mobilização, e contou com a participação maciça da comunidade, entre escolares, professores, profissionais do Programa da Saúde da Família e autoridades municipais.

A abordagem dos temas durante o encontro levou os participantes à reflexão dos problemas que mais afligem a comunidade e à busca por soluções que promovam a melhoria da qualidade de vida, elevando a auto-estima de todos.

As crianças, por sua vez, expressaram seus conhecimentos através de desenhos e frases, demonstrando, através de comparações, que os hábitos das pessoas podem possibilitar ou não uma vida saudável. Só depende das atitudes.

Horta

Com relação ao meio ambiente, a comunidade levantou a questão do armazenamento e destino do lixo e o desperdício de água nas residências. A construção de horta comunitária também foi debatida como alternativa para melhorar a alimentação.

O apoio da técnica agropecuária com habilitação em agricultura, Luciana Nunes da Silva, da Cooperativa de Trabalho Prestação de Serviços e Assistência Técnica Rural, e a experiência de membros da comunidade como seu Emídio, de 73 anos, foi imprescindível para a estruturação da horta.

Para melhorar a comunicação entre as pessoas da comunidade, foram sugeridas a ampliação de rede de telefones públicos e a construção de um posto dos Correios. Uma quadra de esporte e uma praça, onde as pessoas possam se encontrar e conversar, também estiveram na pauta das sugestões.

Entre as 12 ações de continuidades escolhidas pela comunidade durante a oficina estão a construção de um posto policial, posto de saúde, colégio estadual com quadra de esporte e biblioteca, horta comunitária, arborização das ruas da vila, entre outros.

No último dia, a Oficina foi formada por uma comissão composta por sete membros da comunidade e dois servidores da **Funasa**, que estarão encarregados de realizar atividades de articulação junto aos órgãos e autoridades competentes e pertinentes às ações pactuadas e priorizadas, bem como mobilizar a comunidade para participar das ações.

A **Funasa** beneficiará a comunidade do Assentamento Baviera com ampliação do sistema de abastecimento de água e construção de melhorias sanitárias domiciliares, totalizando investimentos de R\$ 200 mil.

Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde no Maranhão

A Regional da **Funasa** no Maranhão realizou, no município de São Bento, curso de capacitação de Agentes Comunitários de Saúde na área de controle e qualidade da água. O objetivo da iniciativa é minimizar os indicadores de doenças de veiculação hídrica, em particular as diarreias, usando técnicas de cloração da água, desinfecção, tratamento domiciliar da água e cloradores por difusão.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde não se restringe à ausência de doenças, mas ao bem-estar físico, mental e social. Assim, os agentes são também responsáveis por transmitir informações básicas às comunidades com relação à preservação da saúde, desde tratamento do sistema de água e esgoto à alimentação, procedimentos de primeiros-socorros, higiene, entre outras.

É exatamente esse tema, ligado à Educação em Saúde, que abriu o primeiro dia da oficina. Para o educador José Paulino Santos, é fundamental a participação dos agentes de saúde na educação da comunidade. “A saúde da comunidade não depende apenas da participação de algumas pessoas, mas de todos. É importante que todos participem do processo dando a sua contribuição para a disseminação dos conhecimentos que repassamos”.

O segundo dia da oficina foi destinado ao tema Desinfecção, com uma palestra proferida pelo biólogo Júlio César Reis. O palestrante deu dicas de procedimento para tratamento da água com o cloro. Ele destacou as propriedades do produto enfatizando a facilidade de compra e o baixo preço, além do manuseio simples e eficácia na destruição de bactérias vivas.

Durante o treinamento, os agentes de saúde expuseram a preocupação que têm com a população que ainda resiste muito em usar ou dar a manutenção adequada às velas dos filtros. Segundo eles, muitos têm filtro, mas a grande maioria não limpa as velas. Daí a necessidade da orientação para que eles procedam à limpeza para o correto tratamento da água potável.

Coordenações Regionais (Cores)

Funasa Sede - Presidência

End.: SAS - Q4 - Bl "N" - 5º andar - sala 502
- Ala Norte - Brasília/DF

CEP: 70070-040

Telefones: (61) 3223 6798 / 3224 9269 /
3226 4036 / 3314 6362 / 3314 6466

Coordenação do Acre

End.: Rua Antônio da Rocha Viana, nº 1586
- Vila Ivonete - Rio Branco/AC

CEP: 69908-560

Telefone: (68) 3223 2040

Coordenação de Alagoas

End.: Av. Durval de Goes Monteiro, 6122 -
Tabuleiro do Martins - Maceió/AL

CEP: 57080-000

Telefones: (82) 3241 8332 / 6201 / 6155

Coordenação do Amapá

End.: Rua Leopoldo Machado, nº 1.614 -
Centro - Macapá/AP

CEP: 68902-020

Telefone: (96) 3214 2010 / 2005 / 2006

Coordenação do Amazonas

End.: Rua Oswaldo Cruz, s/nº, Bairro da
Glória - Manaus/AM

CEP: 69027-000

Telefone: (92) 3672 1131 / 671 7585 / 2040

Coordenação da Bahia

End.: Rua do Tesouro, nº 21/23 - 7º andar -
Ajuda - Centro - Salvador/BA

CEP: 40020-050

Telefones: (71) 3241 4992 / 4991 / 3266
0421

Coordenação do Ceará

End.: Av. Santos Dumont, 1890 - Aldeota
- Fortaleza/CE

CEP: 60150-160

Telefones: (85) 3466 6970 / 6971 / 6988

Coordenação do Espírito Santo

End.: Rua Moacyr Strauch, 85, Praia do Canto
- Vitória/ES

CEP: 29055-630

Telefones: (27) 3335 8255 / 8123 / 8205

Coordenação de Goiás

End.: Rua 82, nº 179 - Setor Sul - Goiânia/GO

CEP: 74083-010

Telefones: (62) 3229 4642 / 226 3262

Coordenação do Maranhão

End.: Rua Apicum, 243 - Centro - São Luís/
MA

CEP: 65025-070

Telefones: (98) 3214 3314 / 3316 / 3315

Coordenação do Mato Grosso

End.: Av. Getúlio Vargas, 867 e 885 - Centro
- Cuiabá/MT

CEP: 78045-720

Telefones: (65) 3624 3836 / 2200 / 3302

Coordenação do Mato Grosso do Sul

End.: Rua Jornalista Belizário de Lima, nº 263
- Monte Líbano - Campo Grande/MS

CEP: 79004-270

Telefones: (67) 383 5181 / 325 1499 / 4313

Coordenação de Minas Gerais

End.: Rua Espírito Santo, nº 500, sala 604 -
Centro - Belo Horizonte/MG

CEP: 30160-030

Telefone: (31) 3248 2990 / 2991 / 2700

Coordenação do Pará

End.: Av. Visconde de Souza Franco, 616 -
Reduto - Belém/PA

CEP:66.053-000

Telefone: (91) 3222 6646 / 242 2433

Coordenação da Paraíba

End.: Rua Prof. Geraldo Von Shosten, 285
- Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-190

Telefone: (83) 3216-2415 / 2400

Coordenação do Paraná

End.: Av. Cândido Lopes, 208, 8º andar, sala
804 - Centro - Curitiba/PR

CEP: 80020-060

Telefone: (41) 3322 0197 / 3310 8283 / 8285

Coordenação de Pernambuco

End.: Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1489 -
Aflitos - Recife/PE

CEP: 52060-020

Telefones: (81) 3427 8300 / 8301 / 8302

Coordenação do Piauí

End.: Av. João XXIII, 1317 - Jockey Club
- Teresina/PI

CEP: 64049-010

Telefone: (86) 232 3995 / 232 3058 / 3520

Coordenação do Rio de Janeiro

End.: Rua Coelho e Castro, nº 6, 10º andar,
Saúde - Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20081-060

Telefone: (21) 2263 6263 / 2233 / 2296 0177

Coordenação do Rio Grande do Norte

End.: Av. Alexandrino de Alencar, nº 1402
- Tirol - Natal/RN

CEP: 59015-350

Telefone: (84) 3220 4745 / 4746 / 4700

Coordenação do Rio Grande do Sul

End.: Av. Borges de Medeiros, nº 536, 11º
andar - Porto Alegre/RS

CEP: 90020-022

Telefone: (51) 3224 0194 / 3225 1555

Coordenação de Rondônia

End.: Rua Festejo 167 - Costa e Silva - Porto
Velho/RO

CEP: 78903-843

Telefone: (69) 3216 6138

Coordenação de Roraima

End.: Av. Ene Gacês, nº 1636 - S. Francisco
- Boa Vista/RR

CEP: 69306-000

Telefone: (95) 3623 9643 / 9641

Coordenação de Santa Catarina

End.: Av. Marinheiro Max Schramm, nº 2179
- Estreito - Florianópolis/SC

CEP: 88095-001

Telefones: (48) 244 7835 / 281 7784

Coordenação de São Paulo

End.: Rua Bento Freitas, nº 46 - Vila Buarque
- São Paulo/SP

CEP: 01220-000

Telefone: (11) 3363 3000 / 3045

Coordenação de Sergipe

End.: Av. Tancredo Neves, nº 5425 - América
- Aracaju/SE

CEP:49080-470

Telefone: (79) 3259 2383 / 1094 / 1093 /
1428

Coordenação do Tocantins

End.: 103 Sul - Conjunto 2 - Lore 38 - Palmas/
TO

CEP: 77163-060

Telefones: (63) 3218 3601 / 3628

Ministro da Saúde

José Saraiva Felipe

Presidente da Fundação Nacional de Saúde

Paulo de Tarso Lustosa da Costa

Diretor-Executivo

Francisco Danilo Bastos Forte

Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública

José Raimundo Machado dos Santos

Diretor do Departamento de Saúde Indígena

José Maria de França

Diretor do Departamento de Administração

Wagner de Barros Campos

Diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Otto Lamosa Berger

Auditor-Chefe

Edgard Távora de Sousa

Procuradora-Chefe

Thelma Suely de Farias Goulart

Assessor Parlamentar

Jaime Domingos Casas

Assessora de Comunicação e Educação em Saúde

Luiza Emília Mello

Chefe do Núcleo de Imprensa

Rodrigo Oliveira

Coordenação Editorial

Gláucia Oliveira

Editor Responsável

Sérgio Peixoto

MAT. 1443/DF

Revisão de Texto

Waldir Rodrigues Pereira

Editor de Fotografia

Edmar Chaperman

Projeto Gráfico

Flávio Rangel

Fortaleza - Ceará - Brasil



**III Seminário Internacional de
Engenharia de Saúde Pública**

**Saneamento
AMBIENTAL
SUSTENTABILIDADE
Inclusão
SOCIAL**

26 a 31 de março de 2006



**Fundação
Nacional
de Saúde**

**Ministério
da Saúde**